

MEMÓRIA E TRABALHO NO SERTÃO: A PELEJA DE PEQUENOS AGRICULTORES NO SISAL

Suzana Souza Moreira de Almeida*

RESUMO

Buscar-se-á apresentar neste texto a atuação e o envolvimento de pequenos agricultores no cenário da produção de sisal na Bahia, focalizando o município de Riachão do Jacuípe, no período entre 1960-1970. As experiências dos jacuipenses na produção de sisal são contadas aqui a partir de suas memórias que revelam importantes fragmentos da *vida* e da *luta* desses sujeitos pela preservação da vida, do patrimônio familiar e da cultura. E ainda, memórias de incontáveis histórias individuais e coletivas. Nesse sentido, utilizamos metodologicamente a História Oral enquanto instrumento válido para o conhecimento de um viver dinâmico e complexo, do qual a experiência no sisal é parte significativa.

Palavras-chave: Riachão do Jacuípe, Trabalho, Memória, Sisal.

INTRODUÇÃO

Este texto é parte de um estudo mais amplo sobre a reprodução camponesa de uma área do sertão baiano. Nele buscar-se-á apresentar as experiências de pequenos agricultores do município de Riachão do Jacuípe no trabalho do sisal. Interessa-nos compreender a especificidade desse cultivo e as relações que se estabelecem a partir de sua produção, no espaço da pequena propriedade familiar, num momento, a década de 1960, que é considerada uma das mais promissoras no cultivo de sisal na Bahia.

A terra das famílias camponesas, no cenário em estudo, dedicava-se em grande parte ao plantio do feijão, milho, batata-doce, mandioca, palma e sisal, e à pequena criação de galinhas, porcos, carneiros e algumas cabeças de gado. Ao longo da década de 1960, uma nova configuração espacial e econômica foi se desenhando na cidade e no campo brasileiros. Nesse último espaço, a nova configuração marcou o desenrolar de um processo de desenvolvimento econômico e político pautado na expansão da concentração fundiária e nas imposições da agricultura capitalista que, cada vez mais, avançava sobre as terras das famílias camponesas. Nesse sentido, buscamos compreender como o sisal se insere enquanto alternativa econômica para os pequenos agricultores e até que ponto essa alternativa é concretamente apropriada.

“OURO VERDE DO SERTÃO” OU “FIBRA DA SERVIDÃO”?

Um dia a cavallhada que conduzia as malas do mostruário de vendas de um caixeiro-viajante, fazia o trajeto de Conceição do Coité a Valente. Estávamos no ano de 1920. Seguiu a coluna de burros, o seu trote costumeiro na cadência marcada pelo ritmo do tilintar dos cincerros que molduravam a peiteira do cavallinho-guia, a ‘madrinha da tropa’. Como era bonito esse tropel rítmico... o disciplinado trotar através das estradas feitas quase pela mão da natureza. Na retaguarda, após o tropeiro, alçado sobre a melhor montaria seguia o caixeiro-viajante como sempre, no passado, um cidadão de alta responsabilidade e, não raro, o próprio sócio comercial da firma para a qual viajava.

É na história do sisal que um deles toma um lugar de destaque ao desvendar-nos um futuro excepcional. Assim decorreu a sua parte: a tropa já passava em frente à propriedade fadada a ser a pioneira da rica lavoura. Era a fazendola de Pacífico, a qual situa-se à margem da referida estrada. Aproxima-se, por fim, o cavaleiro ilustre ante o cercado do ponto em que do lado de dentro trabalha, despercebido, um camponês, no plantio de algo diferente, que lhe prendeu, de pronto, a atenção. Pára e pergunta ao operário o que estava a plantar, já sob curiosidade despertada pelo aspecto daquele vegetal incomum nestas paragens. O lavrador, que era o próprio dono do sítio, responde-lhe ignorar o nome e a procedência original da planta. Narra-lhe, porém, a decorrência histórica quanto ao seu aparecimento por aqui, e passa às mãos do seu interlocutor uma das mudas bem viçosas. Este, machucando as suas folhas, mostra ao lavrador a quantidade admirável de valiosas fibras que a mesma contém.

Demonstrando conhecimentos quanto à função utilitária e econômica que se obteria do seu produto, e transmitindo a Pacífico a identidade da espécie, aconselha-o ao plantio vasto e a distribuição futura de mudas entre os demais camponeses vizinhos, afirmando que eles iriam possuir uma riqueza jamais sonhada. Proféticas foram as suas palavras (RAMOS FILHO, 1965, p. 14-15).

A década de 1960 se revelou uma das mais promissoras no cultivo de sisal na Bahia. Nesse momento, todo um discurso foi construído e reforçado em torno desta cultura agrícola enquanto possibilidade econômica para os sertões nordestinos. Especialmente na década de 1960, o sisal, considerado o “ouro verde do sertão nordestino”, parecia confirmar as palavras proféticas do caixeiro-viajante sobre sua trajetória na Bahia¹. Nela se renovavam também as expectativas de melhores condições de vida entre os agricultores pobres que enfrentavam, cotidianamente, inúmeras dificuldades devido à falta de chuvas – nessa década, em destaque, a seca de 1961 e de meados de 1969, que durou até 1970 –, e à ineficácia histórica de políticas públicas para o campo.

No Brasil, o sisal foi introduzido primeiramente na Bahia no início do Século XX, pelo industrial baiano Horácio Urpia Junior. No entanto, só se configurou como possibilidade econômica a partir de 1939, como informa um estudo realizado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR :

Em fins da década de 30, a Secretaria da Agricultura da Bahia estabeleceu uma política de fomento para a expansão da cultura sisaleira no Estado, através da instalação de campos de distribuição de mudas, em Feira de Santana e Alagoinhas, do cultivo de uma grande plantação de sisal no município de Nova Soure e da introdução da primeira máquina desfibradora automática, denominada *paraibana* (1994, p. 38).

Nascimento aponta ainda que:

Somente com a substituição da rudimentar indústria de fios de caroá pelo plantio comercial do sisal, na década de 1940, foi que o sertão baiano reuniu condições efetivas de integração ao mercado estadual e teve possibilidade real de expandir-se aos mercados nacional e internacional, o que ocorreria nas déca-

das de 1950 e 1960, na vigência dos projetos desenvolvimentistas do Governo Juscelino Kubitschek (2003, p. 30).

Embora anteriormente o sisal já fosse produzido na região, a sua utilização se deu sem valor comercial, no âmbito doméstico, servindo como cerca viva ao lado do gravatá e da macambira nos roçados das pequenas propriedades e, também, como planta ornamental. O desenvolvimento do sisal fora dos centros tradicionais de produção, enquanto cultura de exportação se deu com a Segunda Guerra, nos anos 1940, em virtude da desorganização dos principais países produtores e do aumento da demanda dos mercados interno e externo. Na década de 1950, no que tange à produção mundial, o Brasil assumia a segunda posição dos países exportadores, com destaque para os estados da Paraíba e Bahia. A cultura “racional” de sisal em terras baianas, como informa Marques (1978), se iniciou com a organização de um plano para o plantio maciço de 12.000.000 pés do produto no Núcleo Colonial Presidente Vargas, em Nova Soure, tendo por finalidade,

construir ali uma lavoura básica, com o objetivo econômico e social, definido nas suas linhas mestras como uma tentativa para fixar o nordestino à sua gleba, dando-lhe condições para atravessar sem crises os longos períodos de estiaagem (MARQUES, 1978, p. 21).

Enquanto “ouro verde do sertão nordestino”, o sisal aparece nos distintos discursos, oficiais e não oficiais, como uma saída para as populações rurais pobres do Nordeste; uma estratégia de reprodução do modo de vida camponês no sertão. Na década de 1960, estes discursos são reforçados pela política de estímulo do governo, empenhado em criar políticas agrícolas para o projeto de desenvolvimento e modernização do país². Estas políticas defendiam, ao menos teoricamente, a sustentabilidade econômica do campo por meio de ações promovidas pelo estado, sobretudo, o incentivo à diversificação e a expansão de culturas agrícolas que, no caso do sisal, serviria, também, como um elemento para fixar o homem no campo. Os ventos, no entanto, sopraram para outros rumos ao longo daquela década. As experiências dos pequenos agricultores jacuipenses no cultivo de sisal revelam uma outra expressão dessa realidade.

A PELEJA NO SISAL

Quando apareceu o sisá [sisal], os homem parece que ficaro doido, largaro de plantar capim só pra plantar sisá e tiraro muito sisá (...). O sisá o povo tudo [trecho inaudível na gravação] trabalhando no sisá pra ganhá, um carregando no seu jegue, outros ia levar lá no motor, outros tirava de *farracho*³.

A expansão da lavoura sisaleira nos anos 1960 provocou um *boom* entre os agricultores de diversas partes do sertão nordestino. Na Bahia, a cultura do sisal se concentrou em 27 municípios, formando uma configuração espacial denominada oficialmente como *região sisaleira*, com destaque para seis principais municípios produtores: Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Valente, Santaluz e Queimadas (Cf. CAR, 1994, p. 8). A produção de sisal no cenário da pequena agricultura familiar jacuipense se constituía como uma das estratégias de reprodução do patrimônio familiar. Entre os pequenos agricultores jacuipenses, o cultivo do sisal era feito em consórcio com outros cultivos, especialmente o feijão, o milho e a mandioca, nos roçados das pequenas propriedades, utilizando-se principalmente o trabalho familiar.

A riqueza do sisal está nas suas fibras. Realizado o desfibramento, seu campo de aplicações é vasto. O produto, a fibra, pode ser utilizado na fabricação da cordoaria em geral e fios, em destaque o *baler twine*, fio agrícola para atar fardos de feno e palha de cereais, e o *binder twine*, fio mais fino e menos resistente que o *baler*, destinado ao feixe de cereais. Utiliza-se, também, o produto na fabricação de cabos marítimos, tapetes, artigos de vestuário, calçados, artesanatos etc. Há, ainda, os seus subprodutos: polpa, bagaço, bucha, caldo ou mosto, os quais são utilizados na estoparia, na fabricação de

papéis e papelão e, no caso do caldo ou mosto, transformado em produtos para serem usados como forragem animal.

O processo de trabalho no sisal compreende várias etapas, desde a preparação da terra para o plantio, até o beneficiamento da fibra em usinas beneficiadoras. Aqui nos limitaremos ao processo de trabalho na propriedade familiar, nos roçados das famílias trabalhadoras e nas fazendas, quando estas famílias se viam obrigadas a laborar em terras alheias para complementar a renda familiar, especialmente nos períodos de escassez.

Eu comecei a trabalhar no sisal em 61 [1961]. Trabalhei no sisal até 86 [1986], no sisal e com motor de sisal. Na lavoura eu plantava o milho, o feijão, a mandioca, plantava tudo o que era necessário. Plantei sisal, tive sisal, trabalhei com o sisal na minha propriedade.

Uma lavoura de sisal é o seguinte: a gente planta o sisal naquela época que tinha assim sempre mais chuvoso, com cinco anos a gente começava a produzir a fibra né, aí a gente ia colocar no motor, tirar a fibra.

P – De quem era o motor? Era do senhor?

Não, era outra, tinha outra pessoa, uma outra pessoa que ia tirar o sisal, aí eu trabalhava também, eu tinha que trabalhar pra sobreviver também, né. A renda não dava, não era o suficiente, aí a gente tinha que ajudar trabalhar. Sobrava um pouquinho a gente tinha uma quantidade de 20%, 30% do valor, tá entendendo. Daquela fibra aqui a gente trabalhava também, fazia o mesmo trabalho deles, dos trabalhadores, quando o sisal terminava, tirava o motor e a gente agora ia trabalhar em outro trabalho⁴.

O depoimento de Adalberto revela importantes arranjos do trabalho familiar na agricultura camponesa jacuipense. O primeiro deles é o da importância da produção de alimentos para a reprodução do patrimônio familiar antes, durante e quando se deixava de produzir o sisal, este, um produto destinado exclusivamente ao mercado.

O processo de trabalho no sisal, na pequena propriedade familiar, se inicia com a preparação da terra para o plantio, como acontece com outros cultivos agrícolas, por meio de práticas de roçagem, derruba, queima e destoca. O sisal era e ainda hoje continua sendo cultivado em consórcio com outros cultivos do roçado. O preparo da terra se dava, conforme as falas dos trabalhadores, com a utilização de instrumentos de trabalho “simples”, como a enxada e a foice, pois dificilmente os agricultores pobres adquiriam instrumentos mais modernos para a sua produção; situação distinta da dos grandes proprietários que, muitas vezes, instalavam até usinas beneficiadoras em suas fazendas, símbolo de distinção da propriedade.

Os testemunhos dos agricultores confirmam que o trabalho no sisal era principalmente familiar:

Desde criança no sisal, na roça e tudo. Que quando eu comecei que foi assim: o primeiro motor do meu avô, eu tinha nessa faixa de dez, de oito a nove anos, aí meu avô comprô um motor. Compareceu um rapaz lá, daqui de Riachão, com um motor de sisal novinho. Foi tirá um sisal que ele [o avô] tinha lá, aí ele comprô esse motor, depois de uns seis meses que ele recebeu esse motor ele tinha mais meu pai, mais uns quatro filhos e aí começamo trabalhar nesse motor [palavra inaudível na gravação], minha mãe, mais umas irmãs minha. Minha mãe ia cortar palha e aí eu ia mais ela pegá as palhinha no ombro e botano [?]. Já cortei palha, já peguei a palha, já revidei, já camuflei, já botei em animal [?]. Depois eu comprei um motor, o velho ficou meio adoentado aí eu comprei o motor na mão dele aí fiquei rodano bastante, rodei motor até 96 [1996], dessa época de 65 [1965] até 96, eu trabalhei com motor⁵.

Miguel, como inúmeros outros camponeses, foi iniciado no trabalho familiar ainda na infância, aos oito ou nove anos, uma situação que para as famílias camponesas significa dupla garantia: uma imediata, a complementação da economia familiar, e um projeto a longo prazo que se faz e refaz, dia-a-dia, como garantia para o futuro do iniciado e do seu grupo familiar. Conforme escreve Cardel (1996), o trabalho da criança na “lógica” camponesa significa construção da vida, luta e labuta:

O momento da infância no universo camponês é o momento da construção do indivíduo pelo trabalho. Trabalho que tem uma característica específica: o da labuta. Labutar com a terra desde pequeno é extenuar o corpo, calejar as mãos e os pés, forjar os membros do corpo como uma ferramenta para se tornar, quando adulto, um lavrador (1996, p. 48).

A autora afirma que os filhos representam a “riqueza” social e material das famílias camponesas. Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil “é estabelecido não apenas como um complemento da atividade econômica do grupo familiar, mas como um processo inevitável de socialização do indivíduo em uma realidade globalizante” (CARDEL, 1996, p. 48). No testemunho de Miguel, percebemos que a iniciação da criança no trabalho familiar, além de uma necessidade da dinâmica camponesa, constituía-se também como uma norma de socialização do indivíduo, própria do grupo.

Um outro arranjo do trabalho familiar entre os pequenos agricultores jacuipenses, surpreendido no depoimento de Adalberto, se refere às relações estabelecidas entre os agricultores donos da propriedade familiar e os agricultores contratados pelos primeiros, na etapa da colheita e do desfibramento⁶. A colheita e o desfibramento do sisal constituem as atividades que envolvem o maior número de trabalhadores: cortador, carregador, batedor, cevador, resideiro, arrumador, pesador e estendedor. Essa particularidade exige por parte do agricultor a contratação de serviços de outros agricultores que eram geralmente remunerados com uma parte do produto.

No processo de trabalho, o cortador é o responsável pela colheita, quase sempre executada por três pessoas, sobretudo mulheres e crianças. O corte do sisal (Ilustração 1) ocorre aproximadamente entre o 3º e 4º ano de plantado. Essa tarefa se configura como uma das mais perigosas, pois os trabalhadores estão expostos a acidentes como cortes nas mãos, furos nos olhos, devido aos espinhos contidos nas extremidades da folha, e picadas de cobra. Após o corte, o sisal vai para as mãos do batedor que cuida do amarrão e transporte. A amarração consiste na feitura de feixes com as folhas que vão sendo cortadas. Estas são transportadas em animais, ou mesmo nas costas do trabalhador até o local do desfibramento (Ilustração 2). Homens, mulheres e crianças realizam tais atividades.

ILUSTRAÇÃO 1

SISAL NO ESTADO DA BAHIA – CORTE



Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Sisal. Fortaleza: BNB, 1957.

ILUSTRAÇÃO 2

LOCAL ONDE SE INICIA O DESFIBRAMENTO DO SISAL



Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Ibidem.

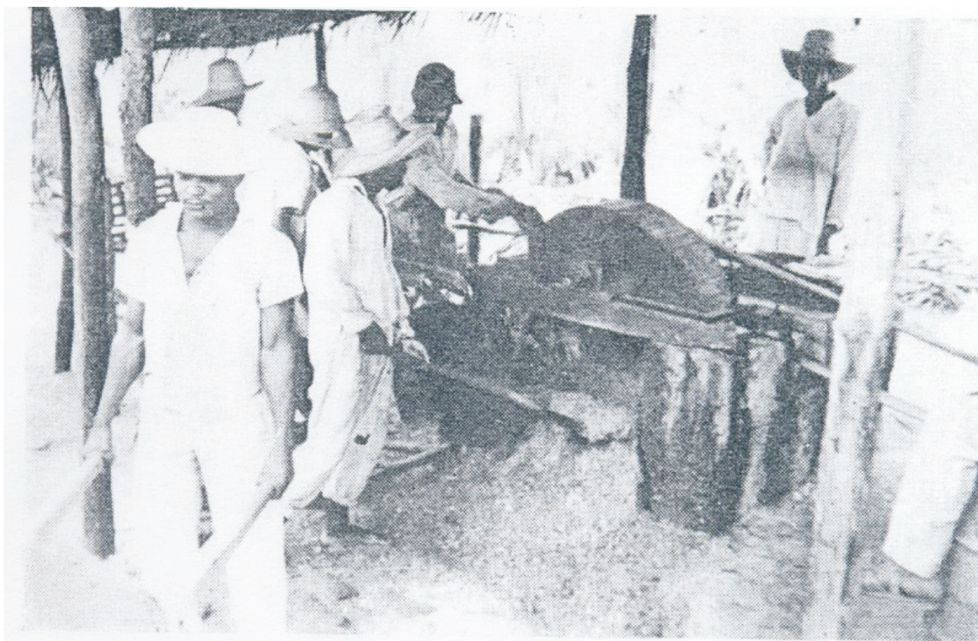
Vimos nos depoimentos de Adalberto e Miguel que nem sempre os pequenos agricultores detinham a propriedade do motor para o desfibramento do sisal, pois lhes faltavam os recursos para adquiri-lo. Nesse caso, se estabelecia a seguinte relação: um pequeno agricultor que produzia o sisal e não possuía o motor contratava um outro pequeno agricultor, dono de motor, para desfibrá-lo, pagando o trabalho deste com a renda da família. Tal situação, no entanto, adquire um outro sentido na relação entre grandes proprietários e pequenos agricultores. Os primeiros, mesmo com condições de adquirirem um motor, contratavam estrategicamente os serviços de um pequeno agricultor, dono de motor, para não se envolverem diretamente na contratação de trabalhadores, evitando, dessa forma, encargos sociais e trabalhistas. Esses encargos quando cobrados recaíam sobre o dono de motor que além de utilizar o trabalho de sua própria família contratava alguns trabalhadores. Nesse sentido, o dono de motor no final do processo percebia o mínimo para o seu patrimônio, se constituindo como um *explorador/explorado* (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1994).

O desfibramento é considerado a atividade mais rígida do processo de trabalho. Nele, o cevador realiza a etapa mais importante e perigosa, que é extrair a fibra da folha do sisal, utilizando para isso um motor de pequeno porte, conhecido como máquina “paraibana” (Ilustração 3), como escreve Moura, verdadeira engolidora de dedos, mãos e braços dos trabalhadores:

A cultura do sisal é um dos processos mais desumanos da agricultura brasileira. No sistema tradicional de produção, a base é a chamada ‘usina’, que funciona com um pequeno motor desfibrando as palmas do sisal (...). São estas máquinas [chamadas “paraibanas”] que engolem os dedos, as mãos e os braços dos trabalhadores que as manipulam (1985, p.17).

ILUSTRAÇÃO 3

DESFIBRAMENTO



Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Ibidem.

Nas diversas atividades no sisal, os trabalhadores se submetem a um intenso processo de trabalho que exige deles habilidade e destreza. No desfibramento essa situação se acentua, pois além dos riscos de mutilações, quase sempre provocadas pelo caráter resinoso e pegajoso das fibras, que facilita que as mãos e os braços sejam puxados para dentro do motor, pode ocorrer também a inalação de substâncias prejudiciais à saúde dos trabalhadores, riscos que podem comprometê-los por toda vida.

O drama das mutilações é também recordado pelos jacuipenses:

Ah! Sei. Aqui é uma multidão. Se você chegar aqui, se você chegar na fila do banco, qualquer um dia, o mínimo que você vê é três, quatro, cinco que foi mutilado em motor de sisal.

(...) Cheguei a ver não, participei de uma caminhada com um rapaz que foi mutilado. Ele foi mutilado e chegou aqui no hospital passano mal, e passano mal e passano mal, eu cheguei, não foi em meu motor, foi no motor de outra pessoa, não foi no que eu trabalhava, foi em outro, aí eu disse assim 'rapaz pelo amor de Deus, socorre esse homem, esse homem vai morrer com tanto sangue que ele tava perdendo né', aí foi que imobilizaram a mão dele e levaram pra Salvador pra tirar o braço⁷.

Era perigoso. Ah! Aqui tem muita gente mutilada. Você já deve ter visto alguém com um braço aqui, outro vim até aqui [mostra o alcance da mutilação], outro pegava aqui a mão, teve muita mutilação. Aí teve uns anos aí que inventaram uma máquina de botar na boca [máquina paraibana], aí com aquela máquina ali ajudou muito a mutilação. Bastante era a mutilação, aí ficava gente de cabeça ardeno sem saber o que é que fazia aí inventaram essa máquina. Aqui até poucos tempos tinha uma máquina dessa, não sei se ainda tem. Colocava na boca porque o motor, tem um motor lá na base e tem uma máquina no rolo que ficava cá aí você enfiava a palha e voltava e ali às vezes tinha um cepo de madeira e aquele cepo de madeira não tinha proteção. Aí foi muita gente que perdeu a mão. Lá mesmo nesse motor meu teve uns homens que trabalhava comigo, tinha um homem o motor pegou lá nele esses dedos aqui só ficou com esse, mas já era um velho já de idade. Graças a Deus eu consegui encostar ele e também ficou aposentado e não quis mais⁸.

Os testemunhos citados evidenciam, além da exploração subjacente ao processo de trabalho, a falta de compromisso do Estado em relação a estes trabalhadores. Em 1985, havia mais de 1200 trabalhadores mutilados na região sisaleira. Esses trabalhadores achavam-se totalmente desamparados pela legislação trabalhista já que o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) não reconhecia os direitos dos trabalhadores mutilados que perdiam um dos membros. Conforme demonstra um estudo realizado pela Comissão Pastoral da Terra de Campo Formoso, a legislação previa os benefícios apenas nos casos de total invalidez:

A aposentadoria por invalidez é devida ao beneficiário que, em decorrência de acidente de trabalho, sofre lesão corporal, perturbação funcional ou doença que incapacite total e definitivamente para o exercício de qualquer atividade⁹.

Em termos de habilidade para o trabalho, a falta de um dos membros tornava o trabalhador tão inapto quanto o trabalhador previsto no estatuto. No entanto, o descaso do Estado com relação aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais, se mostra evidente na própria legislação. Maria Aparecida de Moraes Silva no seu estudo sobre trabalhadores rurais de Ribeirão Preto/São Paulo, escreve que as legislações construídas na década de 1960, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), que deveriam garantir os direitos dos trabalhadores, representam muito mais os interesses dos latifundiários, sobretudo no que se refere à propriedade da terra (SILVA, 1999).

Com relação às mutilações percebemos, além do descaso, a negação dos direitos dos trabalhadores. Conforme Moura, a luta dos trabalhadores do sisal para mudar essa realidade só ganhou visibilidade na década de 1980, quando os trabalhadores se articularam coletivamente em campanhas a favor da aposentadoria. Foram apoiados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – constituídos, na sua maioria, na década de 1970 –, pelas Comissões Pastorais da Terra e por alguns partidos políticos, os quais, junto a esses trabalhadores, organizaram debates e caminhadas reivindicatórias nos principais municípios da região (MOURA, 1985, p. 19).

As atividades finais do processo de trabalho são realizadas pelo resideiro, geralmente um adulto do sexo masculino, que faz a limpeza retirando a mucilagem das fibras que se acumulam embaixo do motor e a pesagem. Por fim, o estendedor se encarrega de retirar a fibra da balança e estendê-la em varais de madeiras para secar. Como relata Miguel, as dificuldades no sisal não estavam presentes apenas no processo de trabalho:

Fizemos muitas tentativas, colocava um preço mínimo aí, mas era um preço mínimo, mas eles não aceitavam porque o governo decifrava um preço, mas ele não comprava aí pronto, o atravessador ficava naquela, aí a gente fazia, ia vender pelo preço do governo a quem? Não podia estocar, porque não tem como estocar, às vezes perdia. Você tem que tirar o sisal, a fibra assim: se tirar ela meio seca demais ela vermelhava, se tirasse meio fria, se deixasse passar muito tempo ela mofava aí tinha que estocar logo. Aí tinha muita concorrência e aí ficava toda fibra dava muito *refugo*, aí o refugo era pelo preço da metade, aí o prejuízo crescia¹⁰.

O processo de produção aqui estudado se insere num contexto, a década de 1960, marcado pela permanência da propriedade desigual da terra e da distribuição desigual dos benefícios. Nesse sentido, o sisal, enquanto possibilidade de melhores condições de vida para os camponeses, tem um papel ambíguo. De um lado, como uma das estratégias de reprodução do patrimônio familiar; de outro, um empreendimento gerador de expropriação-exploração e de inúmeras relações de dependência, principalmente nos momentos de maiores dificuldades, quando as famílias camponesas são obrigadas a recorrer ao assalariamento:

Eles [os fazendeiros] não plantava plantação de roça não. Era o sisal e capim. (...) Mulher, menino, todo mundo trabalhava no sisal. Os homem puxava no mo-

tor porque no motor não dá pra tanta gente, as muié carregava, os véi tirava [palavra inaudível na gravação] do motor, outros ia lá fazer, era assim cada qual com os seus trabalhos¹¹.

Meu marido foi agregado, eu passei quatro anos depois que eu cheguei [em Vila Aparecida] na fazenda que chamava fazenda Vagens. Trabalhava só com o gado, ele apartava o gado, tirava o leite, aí depois o resto do dia ele trabalhava em destoca na roça, destocando os pastos, refazendo os pastos para a criação. Meu marido era vaqueiro. (...) Quando tinha seca o pessoal, a gente carregava a lata de água na cabeça com distância de 2 km. Lá só o fazendeiro [Fulano de Tal] tinha água. Vivía assim como eu tô lhe dizendo: no pasto, destocando os pastos dos fazendeiros, trabalhando no motor de sisal.

P – E como eram remunerados?

Ganhava diária. Plantava, teve uma grande plantação de sisal, o povo dava dia, trabalhava o dia, ou plantando sisal ou plantando mandioca, lavoura né, ou destocando pasto. As mulheres trabalhavam no motor, lavava roupa de ganho, eu mesmo lavei.¹²

Trabalhei, trabalhei. Eu trabalhei assalariado, assalariado não de carteira assinada, assalariado assim, trabalho braçal: destocava, fazia cerca, limpava tanque, roçava mato, cortava de machado, tá entendendo, (...) trabalho da roça, era uma diária, naquela época era um conto de Réis, muita gente não sabe mais o que é isso. Eu trabalhei muito pra sobrevivência da minha família, porque se eu não trabalhasse não tinha com que comprar alimentos, então eu tinha que trabalhar¹³.

No assalariamento, o trabalho era remunerado por produção, geralmente pelo quilo de fibra produzido, o que variava de localidade para localidade, sob a forma de diária ou empreitada. A remuneração por produção se configurava como uma estratégia de garantia das intenções de lucro dos grandes proprietários, um negócio duplamente vantajoso, pois de um lado tinham a sua produção aumentada, e de outro se livravam de quaisquer obrigações trabalhistas.

Após o desfibramento, o sisal era vendido pelos produtores a um intermediário do exportador “que tanto pode ser o agente de compras que comercializa com a fibra bruta, como aquele que antes a beneficia na sua batedeira, para depois entregá-la ao exportador” (CAR, 1994, p. 18). O beneficiamento constitui a segunda etapa do processo produtivo. A batedeira é uma espécie de usina que beneficia a fibra seca, proveniente do campo, localizando-se nas áreas urbanas dos municípios produtores.

Limitamos nossa análise ao processo de trabalho na terra, pois entendemos que as relações de trabalho no beneficiamento envolvem particularidades que merecem uma investigação mais dedicada e que fogem ao objeto deste estudo.

Se por um lado, o sisal propiciou uma maior integração do camponês ao mercado, percebemos, por outro, que esse mesmo produto, enquanto alternativa econômica para os agricultores pobres, não contribuiu para mudar a estrutura socioeconômica existente na região, ao contrário, reforçou-a na medida em que influenciou a redução das áreas de outros cultivos e favoreceu a expansão da agricultura capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“FIBRA VIL DE SATANÁS”

Numa releitura do já escrito, os testemunhos e elementos abordados até aqui indicam que o sisal se configurou, no período em estudo, como um mundo de incertezas para os agricultores pobres, marcado nos termos da experiência de trabalho por inúmeras tensões, como revela o poeta jacuipense Miguel Antonio Carneiro:

Do solo seco vinga a fibra
Verde plantio da exploração.

Na haste do espinho
 dilacerando o boi, o homem e a terra.
 Jegue no campo,
 fibra cortada,
 cangalha arreada;
 Animais e homens
 escravo de um mesmo patrão.
 Paisagens decepadas
 Flechar e Flor
 em campo inútil.
 Na vastidão do semi-árido,
 o motor paraíba
 agredindo o ecossistema da fome.
 O clamor da máquina;
 a sede de braços
da fibra vil de Satanás.
 Pássaro e jegue
 aguarda o golpe,
 descuido ingênuo do trabalhador.
 Com mãos laceradas
 empurra a palha para a lâmina,
 bagaço e lucro desfibram;
 jorra sangue de cevador
 nas caatingas férteis do sertão.
 Sob o açoite da máquina
 cevador vai fazendo a feira.
 Na balança vale a qualidade
 (suor não pesa?)
 Pião de motor é como rifugo de batedeira
 não tem classificação.
 Todos juntos darão um quilo.
 Essa é a visão para exportação.¹⁴

No final da década de 1960, o governo baiano buscava redefinir a cultura de sisal. Discutia-se a ausência de uma política nacional voltada para os interesses da região e suas consequências. Nesse momento, se iniciava na Bahia a criação de um plano de racionalização da lavoura sisaleira com o objetivo de:

Recomendar as linhas básicas para a política governamental do sisal, apontando meios e métodos a serem aplicados visando a estabilização econômica do produto e ao bem estar socioeconômico dos que se dedicam às atividades da produção, comercialização e industrialização do sisal (SEAGRI, 1970, s. n.).

Ou seja, o Estado buscava identificar as “variáveis da crise do sisal” para justificar a sua intervenção na produção. O que no plano de governo se está chamando de variáveis da crise do sisal é o aumento da produção frente ao comportamento instável do produto no mercado consumidor e o “primitivismo” do setor produtivo. A superação nessa política de racionalização estava assim definida:

Assegurar à zona de produção intensiva do sisal maiores benefícios, tanto no setor econômico como no setor social, eliminando as distorções que vêm atrofiando as relações produtivas nessa zona e imprimindo maior grau de racionalização e sistematização nas áreas que se apresentarem com melhores vocacionais à sua cultura.

Corrigir a dispersão existente no plantio do sisal no Estado da Bahia, que tem redundado em sacrifícios de imensas faixas de terra que poderiam ser melhor utilizadas com culturas mais nobres, contribuindo assim para maior produtividade da agricultura baiana, e, também, implantando novas opções agrícolas nas áreas que atualmente cultivam o sisal num regime de monocultura.

Não só reduzir a oferta excedente do produto, mas livrar as populações das áreas de produção intensiva da total dependência econômica para com um produto de comportamento instável e com características de alta gravosidade no mercado de consumo.

Instalar na área de produção intensiva do sisal uma estrutura que seja capaz de fixar o homem à terra de modo a que lhe possa assegurar as condições mínimas de sobrevivência num regime de produtividade elevada (SEAGRI, 1970, p. 4-5).

A justificativa para o plano se fundamentava na dependência econômica, na instabilidade e na falta de diversificação agrícola. Aparece, ainda, como agravante, a concorrência com os mercados africanos, a substituição dos fios de sisal pelo sintético polipropileno e o aumento da oferta em relação à demanda. No entanto, no plano, pouco se discute as questões relacionadas à estrutura da terra, a qual se insere o sisal, o que a nosso ver, confirma a omissão histórica dos governos em relação às desigualdades no campo e, especialmente, nos campos nordestinos.

A partir da efetivação da racionalização da cultura de sisal, a área que foi liberada com a erradicação foi em grande parte ocupada por pastagens, acentuando a desigualdade da propriedade da terra e de recursos. Essa situação, no entanto, favoreceu ainda mais o enriquecimento do seguimento da população sertaneja que ainda hoje detém a terra, o gado e a influência política na região.

Por outro lado, verificamos nos discursos dos pequenos agricultores que vivenciar o campo é partir para o enfrentamento diário dos problemas da sobrevivência. E que, nesse sentido, o sisal se constituiu como uma possibilidade incerta na medida em que deu continuidade aos problemas da terra, ainda que, em alguns momentos, representasse para uma parte dos agricultores pobres a única alternativa de reprodução e crescimento do patrimônio familiar. A peleja no sisal, nas falas desses trabalhadores, aparece sob variadas tonalidades, se constituindo como uma das expressões mais fortes da luta destes sertanejos.

NOTAS

* Graduada em História – Universidade Católica do Salvador / E-mail: anazussma@yahoo.com.br

¹ A expressão “ouro verde do sertão nordestino” está no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Riachão do Jacuípe, elaborado pela Prefeitura Municipal de Riachão do Jacuípe entre 2002 e 2004, p. 38.

² Entendemos por política agrícola “o conjunto de providências governamentais que visam orientar a produção agrícola no sentido de atender aos objetivos de desenvolvimento do país”. Cf. BATISTA, Joane Luíza Dantas Vieira. MACÊDO, Laura Patrícia Meira. Conceitos de Região Nordeste: modernização e pequena produção. In: *Cadernos dos Ceas*. Salvador, n. 167, jan-fev. 1997, p. 51.

³ Cândida Vitória da Silva. Trabalhadora rural. Nasceu no Lajedo, Riachão do Jacuípe. 96 anos. Entrevista realizada em Feira de Santana, onde reside desde a década de 1980. Depoimento citado. O farracho, conforme a depoente, consiste num pequeno pedaço de ferro utilizado no amarrar da fibra.

⁴ Adalberto Carneiro Guimarães. Trabalhador rural/pequeno agricultor. Nasceu na Fazenda Mansinha, Riachão do Jacuípe. 64 anos. Entrevista realizada em Riachão do Jacuípe, onde reside. Depoimento citado.

⁵ Miguel Souza Carneiro. Trabalhador rural/pequeno agricultor. Nasceu em Riachão do Jacuípe. 50 anos. Entrevista realizada em Riachão do Jacuípe, onde reside. Depoimento citado.

⁶ José Vicente Tavares dos Santos, no seu estudo *Colonos do Vinho*, expõe o conjunto de elementos que caracterizam a agricultura camponesa, entre eles o trabalho assalariado dentro da propriedade familiar com a seguinte reflexão: “Da parte do camponês que utiliza

trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas se destina ao consumo individual da família camponesa. (...) Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar (...)" In: OLIVEIRA, Ariovaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 58-59.

⁷ Adalberto Carneiro Guimarães. Depoimento citado.

⁸ Miguel Souza Carneiro. Depoimento citado.

⁹ Decreto n. 83.083 de 24 de janeiro de 1979. Apud. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Ibidem*, p. 27.

¹⁰ Miguel Souza Carneiro. Depoimento citado. O refugio é uma qualidade inferior da fibra.

¹¹ Cândida Vitória da Silva. Depoimento citado.

¹² Regina de Almeida Santos. Trabalhadora rural/ ex-professora do MOBREAL. Nasceu em Riachão do Jacuípe. 60 anos. Entrevista realizada em Feira de Santana. Reside em Vila Aparecida, km 74, Riachão do Jacuípe. Depoimento citado. Preservamos o nome do fazendeiro citado por não ter sido possível ouvi-lo.

¹³ Adalberto Carneiro Guimarães. Depoimento citado.

¹⁴ Miguel Antonio Carneiro. A fibra da servidão. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Primeiros informes do município de Riachão do Jacuípe*. O homem vivendo e construindo em comunidade. Feira de Santana: UEFS, 1988. Grifo nosso.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Agricultura. *Anteprojeto do plano de racionalização da lavoura do sisal*. Salvador: Governo do Estado, s.d.

BAHIA. Secretaria da Agricultura. *Recomendações do plano de racionalização da lavoura do sisal*. Salvador: SEAGRI, 1970.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Sisal*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1957. V. 2.

BATISTA, Joane Luíza Dantas Vieira; MACÊDO, Laura Patrícia Meira. Conceitos de Região Nordeste: modernização e pequena produção. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 167, p. 49-57, jan-fev. 1997.

CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. A concepção do trabalho no universo camponês: um processo de socialização. In: *Bahia Análises & Dados*. Salvador: SEI, n. 1, v. 6, p. 46-51, jun. 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A cultura do sisal: relações de trabalho no processo de produção de fibras*. Juazeiro: s.n. 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Alternativas socioeconômicas para o desenvolvimento da região sisaleira*. Salvador: CAR, 1994. (Série Cadernos CAR, 4).

MARQUES, Nonato. *O sisal na Bahia*. Salvador: FAEB; PROSISAL, 1978. (V Convenção Regional do Sisal).

MOURA, Milton. Os mutilados do sisal. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 95, p. 17-25, jan-fev. 1985.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente, Bahia*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Valente: APAEB, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUÍPE (BA). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Riachão do Jacuípe. Salvador: CAR, 2002 - 2004. 4 v.

RAMOS FILHO, José. *Sisal*. Sua história entre nós. Valente/Bahia. 1965.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999. (Prisma).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Primeiros informes do município de Riachão do Jacuípe*. O homem vivendo e construindo em comunidade. Feira de Santana: UEFS, 1988.